



A INVISIBILIDADE DAS MULHERES NEGRAS NO ENSINO SUPERIOR

Renata Gonçalves¹

RESUMO

A pesada herança da escravidão negra e a ausência de políticas no pós-escravidão deixaram resquícios em toda a sociedade brasileira: negros e negras ficaram à margem do projeto que se erguia. Uma das áreas de mais difícil acesso foi a da educação que, após muitas lutas, vem paulatinamente sendo um espaço de inserção, sobretudo por meio de políticas afirmativas. Este artigo examina a ausência de docentes negros e negras no Ensino Superior no Brasil, em especial as mulheres negras. Conclui que é preciso avançar mais para combater a violência racial estruturante do ambiente acadêmico para a construção de uma universidade mais plural e democrática.

Palavras-chave: Mulheres negras. Racismo. Educação. Ensino Superior.

BLACK WOMEN'S INVISIBILITY IN THE HIGHER EDUCATION

ABSTRACT

The heavy inheritance of black slavery and the absence of policies in post-slavery left traces throughout Brazilian society: black men and women were on the fringes of the project that was stood. One of the most difficult areas was the education, which after many struggles has gradually become an insertion space, especially through affirmative policies. This article examines the absence of black teachers in the Higher Education in Brazil, especially black women. It concluded that more have to be done to combat racial violence in the academic environment in order to build a more plural and democratic university.

Keywords: Black women. Racism. Education. Higher Education.

LA INVISIBILIDAD DE LAS MUJERES NEGRAS EN LA ENSEÑANZA SUPERIOR

RESUMEN

La pesada herencia de la esclavitud negra y la ausencia de políticas en el post-esclavitud dejaron resquicios en toda la sociedad brasileña: negros y negras se quedaron a la margen del proyecto que se estaba irguiendo. Una de las áreas de más difícil acceso fue la de la educación, que después de muchas luchas viene gradualmente siendo un espacio de inserción, sobre todo por medio de políticas afirmativas. Este artículo examina la ausencia de docentes negros y negras en la Enseñanza Superior en Brasil, en especial las mujeres negras. Concluye que es necesario avanzar más para combatir la violencia racial estructurante del ambiente académico para la construcción de una universidad más plural y democrática.

Palabras clave: Mujeres negras. Racismo. Educación. Enseñanza Superior.

¹ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Docente dos cursos de Graduação em Serviço Social e de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista, Santos, São Paulo, Brasil. Coordenadora, na mesma instituição, dos Núcleos de Estudos Heleieth Saffioti e Reflexos de Palmares. E-mail: <rengon2011@gmail.com>



1. Movimentos negros e o acesso à Educação

Consequência direta da escravidão no Brasil, a população negra foi alijada de vários espaços da sociedade, em especial das escolas e, mais ainda, das universidades. Em razão dos elementos ideológicos de barragem social apoiados no preconceito de cor, as egressas e egressos das senzalas foram incorporados à franja marginal da sociedade (MOURA, 1988). Todavia, as fortes pressões dos movimentos negros nos variados períodos da história começaram a provocar mudanças nesta área.

Sem políticas públicas que pudessem inserir a população recém-liberta no projeto nacional do pós-abolição, e diante de um ideário que propalava a inferioridade da população não-branca, negras e negros não tiveram acesso à cidadania plena. Era necessário agir coletivamente enquanto movimento organizado para reivindicar, do respeito como ser humano ao emprego digno. De acordo com Petrônio Domingues (2008), um dos principais problemas era o analfabetismo, tornando a Educação uma das bandeiras prioritárias para o caminho da respeitabilidade que, por sua vez, abriria as portas do mercado de trabalho.

No vácuo do reordenamento político pós-Revolução de 1930, em que as forças sociais não perceberam os problemas oriundos do racismo, foi fundada, em 1931, a Frente Negra Brasileira (FNB), maior entidade negra a problematizar a questão educacional da população negra no Brasil (DOMINGUES, 2008). A Frente resultava do acúmulo de experiências, em especial o proeminente Centro Cívico Palmares (1926-1929), e propunha elevar política, moral e culturalmente a comunidade negra, desenvolvendo uma importante iniciativa educacional. Na sede da entidade foi criada uma escola com certa estrutura pedagógica, cujas aulas ocorriam nos períodos diurno e noturno. Ali ensinavam-se “a ler, a escrever e a contar, bem como gramática, geografia, história, aritmética e geometria, entre outras disciplinas” (DOMINGUES, 2008, p. 521). Para as mulheres, cabe destacar, ensinavam-se prendas domésticas.

A ideologia da Frente Negra era “fundamentalmente calcada nos valores vigentes de ascensão social, acreditando que o negro venceria à medida que conseguisse firmar-se nos diversos níveis das ciências, das artes e da literatura” (MOURA, 1980, p. 156). Utilizada tanto em referência à formação cultural e moral do indivíduo como para se referir à instrução, compreendendo a alfabetização ou escolarização, a Educação transformou-se em arma contra o preconceito racial e, portanto, de inserção na sociedade de classes. A proposta deu tão certo

que, a partir de 1934, a escola fretenegrina passou a contar com professoras negras nomeadas pela Secretaria de Educação e Saúde do Estado de São Paulo para ensinar no curso primário. Os demais cursos, de acordo com Domingues (2008), eram ministrados por pessoas que voluntariamente se prontificavam a lecionar.

A Frente desempenhava um posicionamento crítico sobre o racismo do sistema de ensino nacional, “quer no que dizia respeito ao modo como os professores e a escola tratavam os alunos negros, quer em relação aos conteúdos escolares” (DOMINGUES, 2008, p. 527). O golpe estadonovista de 1937 ceifou todas as ações fretenegrinas.

Somente em 1954 surgiria outra organização significativa: a Associação Cultural do Negro. No entanto, a Educação foi inserida bem mais tarde, em 1977, quando a entidade, composta quase exclusivamente pela população negra mais precarizada, abriu uma escola que abrigava 30 estudantes, mas, por falta de interessadas ou interessados que pudessem lecionar, a proposta foi morrendo, a “entidade foi se esvaziando, terminando por cerrar as suas portas” (MOURA, 1980, p. 159).

Todavia, o final dos anos de 1970 foi o período de surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU), responsável por retomar os debates sobre a questão racial, articulando a luta antirracista à agenda da luta de classes. Desde o golpe militar de 1964, a discussão pública das relações raciais havia sido praticamente banida. Ativistas eram estigmatizadas e estigmatizados, e acusadas e acusados pelos militares de criarem um problema que supostamente não existia: o racismo no Brasil. Sob o manto do mito da democracia racial, não foi difícil desmantelar o movimento negro e colocá-lo no isolamento político (DOMINGUES, 2007). Com a ascensão dos movimentos populares, sindical e estudantil, também ganhou fôlego uma articulação política da luta antirracista, combinando a luta das negras e negros com a de todas e todos os oprimidos da sociedade. Um amplo leque de alianças deu sustentação à luta contra o racismo e à exploração da trabalhadora e do trabalhador. Segundo Petrônio Domingues, “a tônica era contestar a ordem social vigente e, simultaneamente, desferir a denúncia pública do problema do racismo. Pela primeira vez na história, o movimento negro apregoava como uma de suas palavras de ordem a consigna: negro no poder!” (DOMINGUES, 2007, p. 115).

Sob a inspiração do Movimento Panteras Negras, de lideranças como Martin Luther King e Malcom X, e das lutas de libertação na África, o Movimento Negro Unificado passou a incentivar as negras e negros brasileiras a assumirem sua condição racial,

despojando o termo *negro* de sua conotação pejorativa e o adotando-o oficialmente para designar todas e todos os descendentes de africanas e africanos escravizados no país. Revestido de nova conotação política, a denominação *negro* passou a ser utilizada com orgulho pelos ativistas, levando à extinção o termo *homem de cor* (MOURA, 1980). O Movimento Negro Unificado propunha o enfrentamento à violência policial, a organização nos sindicatos e nos partidos políticos, e o acesso à Educação.

2. Mulheres negras fora do lugar

As intensas mobilizações políticas que impulsionaram a revitalização do movimento negro também colaboraram com o surgimento do movimento feminista. Ambos colocavam ao movimento social *clássico*, com forte presença operária, a necessidade de considerarem suas pautas *específicas*: o movimento negro denunciando o mito da democracia racial e sua fictícia *cordialidade*, que empurra para os porões do exército industrial de reserva a massa de trabalhadores negros; o movimento feminista denunciando a estrutura patriarcal da sociedade, que impõe às mulheres uma condição de subalternas.

As mulheres negras poderiam se sentir representadas e, logo, inserirem-se em qualquer um dos dois movimentos ou, como era o mais comum, em ambos. Talvez por este motivo, a organização delas, enquanto movimento social autônomo, escancarou um problema. Apesar de já estarem em vários coletivos (do Coletivo de Mulheres da Favela e Periferia, no Rio, à Comissão de Mulheres Negras do Conselho da Condição Feminina, em São Paulo, passando pelos Coletivos de Salvador, Recife, Curitiba, etc.), as mulheres negras permaneciam invisíveis e precisavam sair da sombra. Foi com o *I Encontro Nacional de Mulheres Negras* que ficou evidente que elas não se sentiam representadas nem pelo movimento negro, com protagonismo negro masculino; nem pelo movimento feminista, cujas pautas priorizavam a ruptura com certo *modelo* feminino, ao qual não se identificavam. Sueli Carneiro (2003), a este respeito, reconhece os ganhos que as mulheres em geral tiveram a partir das lutas feministas, mas observa que o feminismo ficou prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres e, portanto, foi incapaz de “reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica” (CARNEIRO, 2003, p. 118). As outras formas de opressão não foram percebidas, tiveram suas vozes silenciadas e seus corpos estigmatizados. As especificidades das mulheres

negras foram invisibilizadas, uma vez que não podiam (e não podem) ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica do combate ao sexismo. Tal como bell hooks² (2015), feminista negra estadunidense, enfatizou com relação às mulheres negras de seu país, as daqui permaneciam a maioria silenciosa.

Em crítica ao livro *A Mística feminina*, de Betty Friedan, de 1963³, considerada a obra que abriu caminho para o feminismo contemporâneo, hooks observa que aquilo que Friedan apresenta como “o problema que não tem nome”, para descrever a condição das mulheres, reduz-se “à situação de um seleto grupo de mulheres brancas casadas, com formação universitária, de classe média e alta – donas de casa entediadas com o lazer, a casa, os filhos, as compras, que queriam mais da vida” (hooks, 2015, p. 194). Querer algo mais da vida significou, segundo hooks, sair da esfera doméstica, lançar-se no mercado de trabalho sem que, no entanto, se colocasse a questão sobre quem iria substituí-las nas tarefas domésticas. Friedan (1963) nada mencionou sobre as “necessidades das mulheres sem homem, sem filhos, sem lar, ignorou a existência de todas as mulheres não brancas e das brancas pobres” (hooks, 2015, p. 119). Mesmo reconhecendo que se tratava de questões candentes, a feminista negra identifica que elas não eram centrais para a maioria das mulheres, cujas preocupações imediatas se referiam à própria sobrevivência econômica e à discriminação étnico-racial⁴.

Claudia Pons Cardoso (2010) chega à análise semelhante ao examinar o livro *Uma história do feminismo no Brasil*, de Céli Pinto (2003). Nele, o movimento feminista brasileiro é apresentado como oriundo dos espaços universitários, o que o colocava distante das camadas populares. Sua chegada a este segmento resultaria de uma “escolha política estratégica e não como decorrência natural de seu desenvolvimento” (PINTO, 2003, p. 85). Para Pons Cardoso (2010, p. 3), este “feminismo sobre o qual Céli Pinto se debruça não tem espaço para experiências de mulheres que, por desconhecerem o manejo da escrita e da erudição, não deixaram registros escritos sobre suas ações, dessa forma, suas vozes e protagonismo são silenciados”. Enquanto Pinto (2003) confere uma posição de privilégio às feministas pelo fato de pertencerem a uma intelectualidade, diferentemente de outros movimentos, como os

² Seu nome é grifado em letras minúsculas, no corpo do texto e na bibliografia, por se tratar de pseudônimo de Gloria Watkins.

³ Friedan (1963). O livro foi publicado no Brasil em 1971 pela Editora Vozes.

⁴ Cabe observar que *A mística feminina* foi lançada no momento de ascensão das mobilizações pelos direitos civis das negras e negros nos Estados Unidos.

sem-terra, indígenas e negros, Cardoso (2010) pondera que esse mesmo saber que, de um lado,

permite a uma parcela das feministas a autoridade da fala, impossibilita, por outro, a apropriação da prática discursiva por nós mulheres negras feministas, na medida em que as produções feministas, de modo geral, são evasivas no trato teórico da relação entre gênero e raça no Brasil, na importância das diferenças raciais na constituição de gênero e das identidades das mulheres. E principalmente a falta de estudos nesta área oculta a discussão sobre o privilégio de ser mulher branca, em uma sociedade racista (CARDOSO, 2010, p. 3).

Esta cegueira do feminismo acadêmico foi percebida muito cedo pelas mulheres negras que se mobilizavam no Brasil. O que as movia a se organizarem nacionalmente era muito semelhante às questões identificadas tanto por Claudia Pons Cardoso (2010) como por bell hooks (2015), com relação às negras estadunidenses. Aqui, cem anos depois de assinada a lei áurea, as mulheres negras identificavam que tinham inserção mais precária no mercado de trabalho, que eram elas as que mais sofriam com o controle dos corpos femininos⁵, sobretudo a esterilização sem consentimento a que eram submetidas⁶ e a sexualização.

Apesar do diálogo com as feministas, as mulheres negras sentiam necessidade de uma autonomia com relação a este movimento, na medida em que o discurso feminista sobre a opressão de gênero estruturada pela “ideologia patriarcal não dá conta da diferença qualitativa que este tipo de opressão teve e tem ainda na construção da identidade feminina da mulher negra” (CARNEIRO; SANTOS, 1985, p. 42). As fronteiras com o movimento feminista apareceram, por exemplo, quando mulheres negras discutiam a necessidade da luta por creches comunitárias e eram contestadas por feministas brancas. Ora, escreve Rosalia Lemos (2016, p. 19), “éramos as babás e as empregadas domésticas de suas casas e as nossas crianças ficavam ‘soltas’ nas favelas quando trabalhávamos”. A luta por creches comunitárias tornou-se paulatinamente uma bandeira feminista, tamanha a importância para as mulheres moradoras das áreas pobres, majoritariamente negras.

⁵ À época, o tema central era a esterilização em massa imposta às mulheres negras como cura para a doença da pobreza. Hoje, 30 anos depois, um promotor do município de Mocooca, São Paulo, determinou a esterilização de moradora em situação de rua. Ver: *Uol Notícias*. Esterilização 'forçada' de moradora de rua gera indignação. 16.06.2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2018/06/14/esterilizacao-forcada-de-moradora-de-rua-gera-indignacao.htm>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

⁶ Esta política, atrelada à violência cotidiana que assassina seus filhos, levou o movimento negro a concluir que está em curso, no Brasil, uma prática de extermínio da população negra. A este respeito, consultar o clássico de Abdias Nascimento, *Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*, lançado em 1978. Cfr. Nascimento (2016).

O caráter universalista do discurso feminista, no geral, impedia a percepção das desigualdades raciais. Por outro lado, a participação nos movimentos negros trazia outra dimensão do problema: as práticas sexistas e machistas dos homens que lideravam tais movimentos, evidenciando que a luta contra o racismo era ineficaz, se não fosse atrelada à luta contra o machismo.

O ápice da tensão se dava diante da negação no ato de compartilhar o microfone e que piorava quando disputávamos a representação política. As intervenções nas reuniões eram desqualificadas, tendo em vista que a expectativa e as solicitações dos homens negros eram para que assumíssemos as tarefas tradicionalmente reservadas às mulheres. Este cenário deixava evidente a estrutura patriarcal reproduzida pelos militantes, sem contar os constantes apelos à nossa sexualidade configurando outro ponto de tensão, tendo em vista as constantes investidas, cantadas e a declarada crítica e aversão, por parte de alguns homens negros, contra as lésbicas negras (LEMOS, 2016, p. 20).

Mesmo percebendo as vantagens que o patriarcado possibilita aos homens negros em comparação com as mulheres negras, considerava-se o peso da discriminação racial sobre eles que, em geral, estão em situação inferior às mulheres não negras, levando Sueli Carneiro e Tereza Santos a afirmarem que não cabe “a suposição de que uma perspectiva feminista para o movimento de mulheres negras passe pela oposição ou distanciamento do homem negro” (CARNEIRO; SANTOS, 1985, p. 37). Era fundamental atrelar a luta contra o racismo à luta antissexista. Era necessário, segundo Carneiro (2003), *enegrecer* a agenda feminista e introduzir a pauta das mulheres no movimento negro.

3. Mulheres negras *outsider within*

A necessidade de uma discussão específica sobre a condição das mulheres negras conduziu-as a se organizarem como um movimento social, o que provocou inúmeras tensões, sendo a maior delas a acusação de que estariam fragmentando tanto o feminismo como o movimento negro. Talvez por esta razão, antes mesmo que ocorresse o *I Encontro Nacional de Mulheres Negras*, tenham se preocupado em rebater as críticas. No Editorial do Boletim de preparação do *I Encontro*, lemos o seguinte:

Nosso objetivo é que nós, mulheres negras, comecemos a criar nossos próprios referenciais, deixando de olhar o mundo pela ótica do homem, tanto o negro quanto o branco, ou da mulher branca. O sentido da expressão

‘criar nossos próprios referenciais’ é que queremos estar lado a lado com as(os) nossas(os) companheiras(os) na luta pela transformação social, queremos nos tornar porta-vozes de nossas próprias ideias e necessidades. Enfim, queremos uma posição de igualdade nessa luta (BOLETIM..., 1988, p. 2).

Situação semelhante vemos no surgimento do Combahée River, coletivo de mulheres negras dos Estados Unidos, que existiu de 1974 a 1979. Em seu manifesto de fundação, as mulheres negras escrevem que “estivemos envolvidas no processo de definir e clarificar a nossa política e, ao mesmo tempo, fazer um trabalho político no nosso próprio grupo e em coalizão com outras organizações e movimentos progressistas” (FALQUET, 2006, p. 55). E apresentam uma declaração geral sobre a política do movimento em que se manifestam como comprometidas ativamente na luta contra a opressão racial, sexual, heterossexual e de classe. Neste sentido, consideram ser tarefa particular do movimento desenvolver uma análise e uma prática integradas, baseadas no fato de que os grandes sistemas de opressão são interligados. Para o Coletivo, a síntese dessas opressões cria as condições das vidas das mulheres negras e, portanto, consideram o feminismo negro como o movimento político lógico para combater as opressões multifacetadas e simultâneas que todas as mulheres não brancas enfrentam. A experiência e a desilusão dentro de movimentos de libertação, assim como a experiência na periferia da esquerda branca masculina que, segundo o Manifesto, levaram-nas a desenvolver uma política que fosse antirracista, diferentemente daquela das mulheres brancas; e antissexista, diferentemente daquelas dos homens brancos e negros (FALQUET, 2006).

Na manifestação do *I Encontro de Mulheres Negras no Brasil* e no manifesto do Coletivo Combahée River, percebemos o intercruzamento das relações de classe, gênero e raça. De manifestações como estas vimos emergir um pensamento feminista negro, isto é, nos termos de Patricia Hill Collins (2016), de onde brota uma criatividade intelectual própria ao seu *status* de “*outsider within*” (as forasteiras de dentro)⁷. Segundo a autora, ser *outsider within* tem proporcionado às mulheres negras uma visão de mundo bastante diferente do *status quo*. Assim, uma “revisão cuidadosa da emergente literatura feminista negra revela que muitas intelectuais negras, especialmente aquelas em contato com sua marginalidade em contextos

⁷ Collins trata da relação das mulheres negras com as *suas* famílias brancas, onde, mais do que trabalharem como empregadas domésticas, tornavam-se membros honorários destas famílias. Mas as mulheres negras sabiam que, apesar do *status* de *insider*, sempre seriam *outsiders*.

acadêmicos, exploram esse ponto de vista produzindo análises distintas quanto às questões de raça, classe e gênero” (COLLINS, 2016, p. 100).

Ao explicar que o pensamento feminista negro resulta de ideias produzidas por mulheres negras, a partir de um ponto de vista de e para mulheres negras, Collins (2016, p. 101) sugere que “é impossível separar estrutura e conteúdo temático de pensamento das condições materiais e históricas que moldam as vidas de suas produtoras”. Isto significa que o pensamento feminista negro é produzido por mulheres negras.

Este referencial teórico-metodológico do feminismo negro não diz respeito somente às experiências das estadunidenses, ele pode ser pensado para diferentes contextos em que, em estreitos vínculos com os interesses do capital, a opressão patriarcal e o racismo teimam em invisibilizar as mulheres negras.

Um dos lugares de invisibilidade das mulheres negras é justamente a área da Educação. Nilma Lino Gomes destaca que, dentre as diversas ações do movimento negro nos anos 1990, “a demanda por ações afirmativas já se fazia presente como proposição para a educação superior e o mercado de trabalho” (GOMES, 2003, p. 739). Na ocasião da *III Conferência contra o Racismo e a Xenofobia*, realizada em 2001, em Durban, o Estado brasileiro reconheceu internacionalmente que o racismo institucional existe no país e comprometeu-se a adotar políticas de ações afirmativas na Educação e no trabalho.

4. As mulheres negras no *apartheid* educacional superior

Em 2016, uma campanha realizada pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) estampava o slogan *Quantos professores negros você tem?* – seguida da *hashtag* *#nãoécoincidência*. A campanha era parte da programação da semana da Consciência Negra e tinha por objetivo refletir sobre a ausência de docentes negras e negros no nível superior de ensino. Segundo o jornal de notícias da UFJF, o slogan recebeu “mais de 32 mil curtidas e [mais] de sete mil compartilhamentos” nas redes sociais (UFJF NOTÍCIAS, 2016)⁸. Várias pessoas comentaram o assunto e rememoraram suas salas de aula, desde a infância, à procura de uma ou um docente negra ou negro. Uma rápida busca pelas páginas por onde circularam estes comentários revela que a maioria jamais teve professor ou professora negros.

⁸ Mais informações em: <<https://www2.ufjf.br/noticias/2016/02/04/campanha-da-ufjf-viraliza-nas-redes-sociais/>>. Acesso em 10 jul. 2018.

Quando examinamos o perfil racial das docentes e das docentes da Universidade de São Paulo (USP), por exemplo, percebemos um baixíssimo índice de professoras e professores negros. Somando pretas, pretos e pardas e pardos, chega-se a 1,83%. A porcentagem de docentes brancas e brancos, por outro lado, corresponde a 94,6%. Esta baixa incidência de professoras e professores negras na USP dificulta a própria realização de pesquisas. Até bem pouco tempo, simplesmente não havia censo racial na universidade. Para traçar o perfil racial da USP, pesquisadoras e pesquisadores têm de recorrer aos “livros comemorativos propostos pela administração universitária, que apresentavam a narrativa que a instituição queria ter sobre si mesma” (DAMASCENO, 2017, s/p).

Esta não é uma particularidade da USP, embora se esperasse uma situação diferente por se tratar de uma Universidade pioneira na discussão racial desde a sua formação. O indicativo repete-se em várias Instituições de Ensino Superior. A Universidade de Brasília, vanguarda entre as instituições de Ensino Superior na adesão ao sistema de cotas raciais, contava somente 65 professoras e professores autodeclarados negros dentre os 3.670 membros do corpo docente (VELOSO, 2018). Isto significa que somente 1,77% do total de pessoas que dão aula nos quatro *campi* são negras. Situação semelhante foi encontrada pelo Departamento de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Juiz de Fora, que identificou apenas 20 professoras e professores negros dentre os cerca de 1 mil docentes da instituição⁹. O resultado repete-se na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) onde, em 2005, havia 670 professoras e professores, dos quais apenas três eram negras ou negros.

José Jorge de Carvalho, em seu livro *Inclusão étnica e racial no Brasil*, enfatiza que a sociedade brasileira reproduziu um grau extremo de exclusão. Para ele, trata-se de um verdadeiro escândalo o número tão baixo de professoras e professores negros nas universidades públicas brasileiras. Em país algum que tenha a mesma composição multirracial e multiétnica como a brasileira se encontra este grau tão extremo de segregação racial (CARVALHO, 2005). Em outra pesquisa, o autor revela que esse número não ultrapassa a casa do 1% em qualquer universidade brasileira considerada referência nacional na pesquisa. Infelizmente, segundo o pesquisador,

não existe ainda um censo racial nacional da docência nas universidades públicas e a sua própria inexistência já é um forte indício da resistência da classe acadêmica de enfrentar-se com sua condição racial privilegiada.

⁹ A este respeito, ver Cruz (2016).

Contudo, não é difícil fazê-lo, por uma razão muito simples: os poucos docentes negros conhecem muito bem quem são todos os seus (poucos) colegas negros; e justamente porque têm plena consciência de que fazem parte de uma minoria racial, vários deles já realizaram o censo racial informal da classe docente das instituições onde trabalham (CARVALHO, 2006, p. 91).

Em 2006, reunindo todos os professores e professoras das principais universidades do país, o antropólogo observou que esse universo estava “racialmente dividido entre 18.330 branco(a)s e 70 negro(a)s; ou seja, entre 99,6% de docentes brancos e 0,4% de docentes negros” (CARVALHO, 2006, p. 92). As universidades brasileiras vivem, portanto, uma espécie de *apartheid* racial, um confinamento acadêmico. A respeito do perfil básico da docente e do docente das universidades brasileiras, o autor escreve que

esse professor (ou professora) foi um(a) estudante branco(a) que teve poucos colegas negros no secundário, pouquíssimos na graduação e praticamente nenhum no mestrado e no doutorado; como aluno(a), sempre estudou com professores brancos. Desde que ingressou na carreira docente faz parte de um colegiado inteiramente branco, dá aulas para uma maioria esmagadora de estudantes brancos na graduação e de 100% de pós-graduandos brancos. Além disso, os assistentes e colegas do seu grupo de pesquisa são todos brancos. Como consequência desse confinamento, em algumas faculdades mais fechadas e elitizadas, é perfeitamente possível que um docente e pesquisador desenvolva por décadas o seu trabalho acadêmico sem conviver jamais com um único estudante negro ou com um único docente negro; quando muito, conviverá com alguns servidores negros, com os quais estabelece relações de pouca ou nenhuma identificação (CARVALHO, 2006, p. 92).

Dados mais recentes, publicados em 2016 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), revelam que houve pouca alteração deste quadro. O Inep ampliou a pesquisa para Instituições de Ensino Superior públicas e privadas do Brasil e constatou que, de um total de 383.683 docentes destas instituições, apenas 1,34% declararam-se negras ou negros. O Censo da Educação Superior de 2016 revela que as mulheres pretas com doutorado somam 0,4% do corpo docente na pós em todo o país. Isto significa que foram consolidadas, no Brasil, Instituições de Ensino Superior com características segregacionistas. Sem que desobedecessem a qualquer lei nacional referente à segregação racial, as universidades brasileiras têm práticas concretas de *apartheid* e há ainda muitas perguntas a serem feitas no que tange à reprodução ou, mais que isto, à produção de mecanismos segregacionistas no meio acadêmico e sobre seus impactos no cotidiano universitário. E, neste ambiente, as mulheres negras, além de estarem sub-representadas, as que chegam a ocupar este lugar “sofrem um processo de exclusão em decorrência das

representações sociais construídas sobre a mulher em geral e sobre as mulheres negras em particular” (CRISOSTOMO; REIGOTA, 2010, p. 94).

A condição das mulheres negras guarda estreita relação com o passado escravista, com a organização patriarcal e com a exploração capitalista de classe, formando, como sugeriu Heleieth Saffioti (2004), um verdadeiro *nó*. Sob o capitalismo, racismo e sexismo fazem parte de uma engrenagem que reforça desigualdades para melhor se reproduzir. Com efeito, na formação social brasileira encontram-se características autoritárias próprias à família patriarcal que se consolidou durante o regime escravista, assegurando a autoridade do *pai-senhor*, isto é, do patriarca, branco e proprietário, que detinha o controle quase absoluto¹⁰ sobre a vida e a morte de escravizadas e escravizados, com o objetivo de garantir a máxima produção, o que implicava aumentar a exploração da força de trabalho escrava. Como trabalhadoras escravizadas, as mulheres negras eram consideradas iguais aos homens e recebiam os mesmos castigos que eles. Todavia, por serem do sexo feminino, também eram vítimas de abuso sexual e de outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas.

Davis (2016, p. 19), a este respeito, explica que a

postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas.

Isto é, como “reprodutoras” para expandir a força de trabalho escrava ou simplesmente para satisfazer as suas taras sexuais.

As considerações sobre a dinâmica patriarcal nos aproximam da acepção feminista sobre o patriarcado, compreendendo-o como uma estrutura em que os homens detêm o poder, ou ainda, como um “sistema total que impregna e comanda um conjunto das atividades humanas, coletivas e individuais” (DELPHY, 2009, p. 178). O patriarcado está na origem do que Pateman (1993) denominou *contrato sexual*, ou um pacto masculino que impôs um acordo, que é tanto sexual como social: no plano social, o contrato é patriarcal e “cria o

¹⁰ Isto não significa que negras e negros estavam reduzidos a coisas, sem subjetividade alguma. Ao contrário, a historiografia crítica brasileira tem demonstrado diferentes dimensões das experiências das escravizadas e escravizados reconhecendo-os como sujeitos históricos e destacando suas constantes lutas contra a escravidão.

direito político dos homens sobre as mulheres”, mas ele é “também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens ao corpo das mulheres” (PATEMAN, 1993, p. 17). Um conceito moderno para uma prática arcaica. Em se tratando de mulheres negras e escravizadas, o arcaísmo do acesso a seus corpos, mais do que prática sistemática, foi violento. Enquanto fêmeas, seus corpos eram violentados para extrair o leite para amamentar seus futuros opressores e para “aliviar as taras sexuais dos sinhôs” (CARNEIRO; SANTOS, 1985, p. 42). Eis em versão tupiniquin o contrato sexual.

Em nossa concepção, a violência contra as mulheres negras escravizadas no Brasil precedeu e, ao mesmo tempo, moldou o próprio contrato sexual para o conjunto das mulheres, mas obviamente não sem estabelecer uma hierarquia entre elas, como explicita o ditado popular denunciado por Lélia González (1988, p. 139): “branca para casar, mulata para fornicar e negra para trabalhar”. A violência também hierarquiza de acordo com a classe social e, sobretudo, com a cor da pele, o que, em geral, indica a origem de classe, sendo maior ou menor e mais ou menos tolerada socialmente. O contrato/pacto não é apenas sexual, nem somente social, ele também é racial, como amplamente denunciado pelas mulheres negras.

O contrato sexual/racial reserva, às mulheres negras, os degraus inferiores da sociedade e só lhes é permitido ocupar os mesmos espaços de brancas e brancos apenas na condição de servi-los, confirmando haver uma divisão racial do trabalho, constantemente camuflada sob o mito da democracia racial. Na divisão racial do trabalho, a “mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, cobradora de ônibus ou prostituta” (GONZALEZ, 2018, p. 202). Nesta divisão racial, mulheres negras definitivamente não são docentes e quando conseguem romper as barreiras raciais, com frequência, são lembradas de que estão fora de seus lugares¹¹.

Esta é a lógica do “patriarcado capitalista com supremacia branca”, como escreve bell hooks (1995, p. 468), em que a cultura age para impossibilitar que as mulheres, sobretudo as negras, atuem enquanto intelectuais que exercitam de forma criativa suas mentes. Racismo e sexismo “incutiram na consciência de todos a ideia de que as negras eram só corpo sem mente” (hooks, 1995, p. 469). À sexualização extrema de seus corpos corresponde o estereótipo de prostitutas, isto é, de mulheres sexualmente disponíveis. Também guardam o

¹¹ Recentemente foi divulgado pelo jornal *Em.com.br* o racismo sofrido por uma professora de Belo Horizonte, que relatou que, enquanto caminhava pela rua, foi abordada por uma senhora que perguntou se ela fazia faxinas. Prontamente, ela respondeu: “Não! Sou professora”. E indagou (constatando): “A senhora só perguntou se eu faço faxina porque carrego no corpo a pele escura” (LOPES, 2017).

eterno mito da mãe-preta, capaz de dar colo a todos. Em consequência disto, negras de todas as camadas de vida, das profissionais de empresas e professoras universitárias a empregadas domésticas, queixam-se de que seus colegas, colaboradores, supervisores, etc., pedem-lhes que assumam papéis de zeladoras, que sejam suas consultoras, orientadoras, babás, terapeutas, padres, quer dizer, que sejam aquele peito que a todos amamentam – a mãe-preta (hooks, 1995, p. 470). Em quaisquer dos casos, como prostituta ou como mãe-preta, as mulheres negras são desprovidas de capacidade intelectual, o que as coloca em desvantagem quando chegam à docência no Ensino Superior onde, para sobreviver, terão uma responsabilidade redobrada.

Joselina da Silva e Maria Simone Euclides, ao examinar as trajetórias de professoras doutoras negras de universidades públicas dos estados do Ceará e do Rio de Janeiro, observaram que

cada uma das docentes interpeladas, dentro das suas possibilidades e realidades, lança mão de dispositivos diversos para o enfrentamento de modo a não se intimidarem, reafirmando cotidianamente a sua inserção no universo científico, quer seja no ativismo em sala de aula, quer seja na discussão em seus respectivos grupos de estudos e pesquisas (SILVA; EUCLIDES, 2018, p. 160).

As mulheres negras no Ensino Superior, justamente a partir de sua condição de *outsider*, acabam por impulsionar e transformar a própria forma de produzir conhecimento científico. É neste particular que “cada vez mais se torna necessário o aporte teórico e prático que o feminismo negro traz para pensarmos um novo marco civilizatório” (RIBEIRO, 2018, p. 127).

5. Considerações inconclusas

A pesada herança da escravidão negra e a ausência de políticas públicas no pós-escravidão marcaram a sociedade brasileira: as negras e negros ficaram à margem do projeto que se erguia. Compreendendo a educação como uma das mais importantes áreas de inserção na sociedade de classes, muitos movimentos negros foram organizados, com destaque para a Frente Negra Brasileira (FNB), de 1931-1937, e para o Movimento Negro Unificado (MNU), fundado em 1978. Ambos os movimentos surgiram em contextos específicos e deram continuidade a propostas de outras organizações negras. A Frente Negra herdou um acúmulo

de experiências educacionais para elevar política, moral e culturalmente a comunidade negra. Suas propostas, já ramificadas em todo o território nacional, foram ceifadas pelo golpe estadonovista de Getúlio Vargas. Mais tarde, a comunidade negra também foi beneficiária das ideias revolucionárias do método de Paulo Freire, também freadas pelo golpe de 1964. No bojo das lutas sociais pelo fim da ditadura militar do final dos anos de 1970, ganha fôlego o Movimento Negro Unificado que, ao lado do enfrentamento à violência policial, da organização nos sindicatos e partidos políticos, propunha o acesso à Educação por meio das políticas de ações afirmativas com vistas a garantir a igualdade de oportunidades, combater e neutralizar os efeitos provocados pela discriminação e marginalização.

No entanto, embora estreitamente vinculadas ao Movimento Negro como às lutas feministas, as mulheres negras permaneciam invisíveis, tanto pelo protagonismo masculino do movimento negro, como pela prioridade, do movimento feminista, em romper com certo *modelo* feminino ao qual não correspondiam.

Esta invisibilidade não permite perceber que as mulheres negras estão inseridas nas franjas mais precárias da sociedade, consolidando o lugar reservado a elas pela divisão sexual e pela divisão racial do trabalho. Como docentes do Ensino Superior, são *outsiders*. Racismo, sexismo e exploração de classe seguem sendo a norma institucionalizada na trajetória da docência. Romper com esta dinâmica talvez implique em se voltar para as contribuições do feminismo negro e para a criatividade das lutas das mulheres negras.

Nossos passos vêm de longe!

À Ruby Bridges.

À Professora Diva Guimarães.

Sem palavras para expressar o que a coragem delas significa para nós, mulheres negras.

Referências

BOLETIM INFOMATIVO. I Encontro Nacional de Mulheres Negras: Editorial. Rio de Janeiro, n. 1, p. 1-5, set. 1988.

CARDOSO, Claudia Pons. História das mulheres negras e pensamento feminista negro: algumas reflexões. **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 8 - corpo, violência e poder**. Florianópolis: UFSC, p. 1-7, 2010.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 17 (49), p. 117-132, 2003.

CARNEIRO, Sueli; SANTOS, Tereza. **Mulher Negra**. São Paulo: Nobel, 1985.

CARVALHO, José Jorge de. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. **Revista USP**, São Paulo, n.68, s/p, 2006.

_____. **Inclusão étnica e racial no Brasil**: a questão das cotas no ensino superior. São Paulo: Attar, 2005.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, vol. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

CRISOSTOMO, Maria Aparecida dos Santos; REIGOTA, Marcos Antonio dos Santos. Professoras universitárias negras: trajetórias e narrativas. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 15, n. 2, p. 93-106, 2010.

CRUZ, Márcia Maria. Número de professores negros em universidades públicas gera debate. **em.com.br**, 03/02/2016. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/02/03/interna_gerais,731244/numero-de-professores-negros-em-universidades-publicas-gera-debate.shtml>. Acesso em: 12 jun. 2018.

DAMASCENO, Vitória. Perfil racial dos docentes da USP analisa baixo índice de professores negros. **AUN - Agência Universitária de Notícias**, São Paulo, USP, s/p, 2017.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, p. 173-178, 2009.

DOMINGUES, Petrônio. Um “templo de luz”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 39, p. 517-534, 2008.

_____. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, São Paulo, vol.12, n. 23, p.100-122, 2007.

FALQUET, Jules. Déclaration du Combahee River Collective. **Les cahiers du CEDREF**, Paris, n. 14, p. 53-67, 2006.

FRIEDAN, Betty. **The feminine mystique**. New York: W. W. Norton Company, 1963.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, vol. 29, n.1, p. 167-182, 2003.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, p. 190-214, 2018.

_____. Por un feminismo afrolatinoamericano. **Isis Internacional – Mujeres por un Desarrollo Alternativo – MUDAR**, Santiago, vol. IX, p. 133-141, 1988.

hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 16, Brasília, p. 193-210, 2015.

_____. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, vol. 3, n. 2, p. 464-478, 1995.

LEMOS, Rosalia de Oliveira. Os feminismos negros: a reação aos sistemas de opressões. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 185, p. 12-25, 2016.

LOPES, Valquíria. Pesquisa constata discriminação racial recorrente no mercado de trabalho. **Em. com**. 2017. Disponível em:

<https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/07/23/interna_gerais,885946/negros-ainda-sofrem-desigualdade-no-mercado-de-trabalho.shtml>. Acesso em: 08 jan. 2018.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

_____. Organizações negras. In: SINGER, Paul; BRANT, Vinícius Caldeira (orgs.). **São Paulo: o povo em movimento**. Petrópolis: Vozes, p.143-175, 1980.

NASCIMENTO, Abdias. **Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SILVA, Joselina da; EUCLIDES, Maria Simone. Falando de gênero, raça e educação: trajetórias de professoras doutoras negras de universidades públicas dos estados do Ceará e do Rio de Janeiro (Brasil). **Educar em Revista**, Curitiba, vol. 34, n. 70, p. 51-66, 2018.

UFJF NOTÍCIAS. **Campanha da UFJF viraliza nas redes sociais**. Disponível em:

<<https://www2.ufjf.br/noticias/2016/02/04/campanha-da-ufjf-viraliza-nas-redes-sociais/>>. Acesso em: 10 jul. 2018

VELOSO, Serena. Aprovação das cotas raciais na UnB completa 15 anos. **UnB Notícias**, 2018. Disponível em: <<https://noticias.unb.br/publicacoes/76-institucional/2319-aprovacao-das-cotas-raciais-na-unb-completa-15-anos>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

RECEBIDO 15 DE AGOSTO DE 2018.

APROVADO 31 DE OUTUBRO DE 2018.